**“(IN)FORMALIDADE” DO TRABALHO:** uma interpretação dialética do trabalho no Brasil e no Pará

Cleidianne Novais Sousa[[1]](#footnote-1)

Luciana Cristina Romeu Sousa[[2]](#footnote-2)

Mariza Felipe Mathis[[3]](#footnote-3)

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento da “formalidade” e da “informalidade” nos mercados de trabalho no Brasil e no Pará nos últimos anos, a fim de discutir qual o papel do trabalho “informal” na economia capitalista. Para tanto, realizamos a análise da população ocupada nesses territórios a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, entre os anos de 2001 e 2014, assim como elaboramos uma discussão teórica sobre os fundamentos do trabalho “informal” na acumulação de capital e a relação dialética que se estabelece entre trabalho “formal” e trabalho “informal”. Para desenvolver esta discussão, organizamos o trabalho da seguinte forma: na primeira seção, discutiremos o trabalho enquanto unidade dialética entre “formal” e “informal”; na segunda seção, discutiremos a funcionalidade do trabalho “informal” à acumulação de capital; e, por fim, na terceira, faremos uma caracterização da “formalidade” e da “informalidade” do trabalho no Brasil e no Pará.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Formalidade”; “Informalidade”; Economia Capitalista; Dialética.

**ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the behavior of the "formal" and "informal" labor markets in Brazil and Pará in recent years in order to discuss the role of work "informal" in the capitalist economy. Thus, we performed the analysis of the employed population in these territories from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) of IBGE, between the years 2001 and 2014, as well as present a theoretical discussion on the fundamentals of work "informal" in the accumulation capital and the dialectical relationship that is established between "formal" and "informal" work. To develop this discussion, organize the work as follows: in the first section, we discuss the work while dialectical unity between "formal" and "informal"; in the second section, we will discuss the work feature "informal" capital accumulation; and finally, in the third, we will characterize the "formal" and "informal" labor in Brazil and Pará.

**KEYWORDS:** "Formality"; "Informality"; Capitalist Economy; Dialectic.

1. **INTRODUÇÃO**

A década de 2000 e a primeira metade da década 2010 foram marcadas por um importante movimento de formalização no mercado de trabalho brasileiro, em razão de um ciclo de prosperidade econômica reforçado por avanços nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda e na promoção do trabalho decente e da valorização do salário mínimo. Contudo, esse processo de formalização do trabalho não foi suficiente para reverter um elemento estrutural da sociedade brasileira e amazônica, isto é, o elevado peso de ocupações informais em seus mercados de trabalho, elemento que está enraizado na forte desigualdade de renda inerente a estas sociedades. Nesse sentido, impõe-se a importância de dar conta de alguns aspectos relacionados a essa dinâmica de formalização do trabalho tanto no Brasil quanto no Pará.

Em vista dessa necessidade, o presente artigo tem por finalidade apresentar dados de “formalidade” e “informalidade” no Brasil e no estado do Pará para um período descontínuo entre 2001 e 2014, se valendo em algum momento, inclusive, da análise de dados para a década de 1990. Os dados a serem analisados neste trabalho foram extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), na tentativa de observamos os movimentos de “formalidade” e de “informalidade” do trabalho no Brasil e no estado do Pará através da leitura dos indicadores de taxa de informalidade e de assalariamento formal e informal, adotando cruzamento com características dos trabalhadores ocupados (sexo, setor de atividade econômica e jornada de trabalho).

Para ajudar a leitura do papel da informalidade na estrutura do mercado de trabalho no Brasil e no Pará, entendidas enquanto estrutura capitalista, organizamos este trabalho da seguinte forma. Além desta introdução, na segunda seção discutiremos a existência de uma relação dialética entre trabalho “formal” e “informal”, cujo intuito é mostrar que as relações de trabalho “formal” e “informal” não se reduzem a duas categorias excludentes, mas, pelo contrário, interpenetram-se, uma vez que o trabalho se revela como uma unidade contraditória entre a “formalidade” e a “informalidade”.

Na terceira seção, por sua vez, abordaremos os fundamentos do trabalho “informal” a partir de uma breve discussão sobre a lógica da acumulação capitalista e a baixa tendencial da taxa de lucro, considerando que os trabalhadores “informais” integram a superpopulação relativa e que a “informalidade” se manifesta como uma contratendência à queda da taxa de lucro. Na quarta seção, faremos a análise dos indicadores de trabalho formal e informal e assalariamento. E, na quinta e última seção, apresentaremos os resultados e as considerações finais deste trabalho.

1. **A UNIDADE DIALÉTICA ENTRE O “FORMAL” E O “INFORMAL” E A NOVA “INFORMALIDADE”**

Nos anos 1970, alguns autores de inspiração marxista passaram a se debruçar sobre a questão das formas heterogêneas de inserção da força de trabalho na produção de mercadorias em países periféricos. Para estes autores, o volume de excedente de força de trabalho que passa a ser gerado nesse período é fruto da relação centro-periferia. Desse modo, embora a tecnologia tenha exercido um importante papel na formação de uma grande massa de desempregados e na segmentação do mercado de trabalho nos países periféricos, esses autores apontam que a transferência de renda, via comércio internacional, da periferia para o centro foi decisiva para a heterogeneidade do mercado de trabalho nesses países. Para eles, tal heterogeneidade é uma manifestação de que o desenvolvimento do capitalismo acaba levando ao paradoxo do enraizamento de formas de produção novas no “arcaico” e de relações anacrônicas no “moderno” (SOARES, 2008).

Na perspectiva da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o subdesenvolvimento, oriundo da relação centro-periferia é o principal traço das economias latino-americanas; é uma formação histórico-econômica singular constituída polarmente pelo “atrasado” e pelo “moderno”, e não resultado da expansão do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2011). Segundo a tese da heterogeneidade estrutural cepalina, as estruturas diferenciadas das economias subdesenvolvidas conduziam a uma segmentação das economias periféricas entre unidades produtivas “tradicionais”, com baixa produtividade e baixa renda per capita, e “modernas”, com alto padrão de produtividade (SOARES, 2008).

Oliveira ([1972], 2011) lança uma crítica ao modelo dualista cepalino, tendo como fundamento a ideia de que “[...] o processo real [de acumulação de capital] mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’ [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 32). Para ele, nenhum aspecto do desenvolvimento capitalista brasileiro pós-1930 e de seu processo de acumulação do capital autoriza a construção de um modelo dual, pois por detrás da aparente dualidade há uma integração dialética. A crítica de Oliveira (2011) é crucial, pois revela que, ao eleger a perspectiva da heterogeneidade, o modelo dualista ignora a funcionalidade e a integração do “atrasado” no “moderno”. Nesse sentido, a perspectiva da dualidade acaba se tornando insuficiente para a problemática do desemprego no capitalismo e o consequente desenvolvimento da “informalidade” no mercado de trabalho.

Seguindo esta linha, Tavares (2004) defende que a “informalidade”, enquanto manifestação do “atrasado” que está enraizado em relações de trabalho tipicamente capitalistas, não é exterior à produção capitalista, mas, pelo contrário, é inerente à totalidade desta. Nesse sentido, as atividades “informais” que se realizam à margem da produção capitalista, embora não sejam imediatas ao processo de acumulação capitalista, fazem parte do movimento do capital e da renda gerada por ele. Portanto, mesmo que determinadas atividades “informais” não estejam orientadas à acumulação, não significa que elas estejam excluídas da relação capital-trabalho, pois, isso depende dos nexos existentes entre estas atividades e o capital (TAVARES, 2004).

Malaguti (2001), por sua vez, observa que a “informalidade” é muito mais ampla que o “setor informal”, pois este expressa apenas um aspecto daquela e isto se verifica quando atividades informais penetram os circuitos formais da economia. Dessa forma, Malaguti (2001, p. 101) afirma que “[…] a formalidade penetra o “setor” informal e o “setor” formal nutre-se da informalidade”. A existência de uma sem a outra, de um “setor” sem o “outro”, parece-nos, na prática, inconcebível […]”, destacando uma unidade contraditória entre a “formalidade” e a “informalidade”, entre o “setor formal” e o “setor informal”.

As interpretações de Oliveira (2011), Tavares (2004) e Malaguti (2001) estão lastreadas na teoria marxiana da circulação do capital. Sob a ótica do capital como processo cíclico, sendo este a unidade da produção e da circulação que serve à conservação e à expansão do valor de capital e que permite a reprodução das relações capitalistas de produção e a realização da acumulação, Marx (2014) aborda a totalidade da produção capitalista como *capital social total*. Para ele, o capital social total é o entrelaçamento das diversas frações autonomizadas, a totalidade dos diversos capitais individuais (abarcando não apenas o capital industrial, mas também o capital em ações e o capital estatal), isto é, a totalidade dos movimentos, das rotações dos diversos capitais singulares. E, afirma ele, “[o] ciclo dos capitais individuais, considerados em seu conjunto como capital social, ou seja, em sua totalidade, compreende não apenas a circulação do capital, mas também a circulação geral das mercadorias” (MARX, 2014, p. 450).

Marx (2014) tinha clara compreensão de que a reposição dos elementos constitutivos do capital produtivo (força de trabalho e meios de produção) para a retomada do processo de produção capitalista trazia à tona a necessidade de queda do valor desses elementos para a liberação de capital monetário, estimulando a incorporação de meios de produção e meios de subsistência oriundos de modos de produção situados fora das fases de desenvolvimento capitalista, e estabelecendo, assim, uma importante conexão entre o modo de produção capitalista e as formações sociais pré-capitalistas. Segundo ele, no sistema capitalista, uma significativa parcela das mercadorias que formam os meios de produção consiste em capital-mercadoria alheio em funcionamento.

[...] o ciclo do capital industrial, seja como capital monetário ou como capital-mercadoria, entrecruza-se com a circulação de mercadorias dos mais diferentes modos sociais de produção, na medida em que essa circulação for, ao mesmo tempo, produção de mercadorias. Pouco importa se as mercadorias são o produto de um sistema de produção baseado na escravidão, ou do trabalho de camponeses [...], ou de comunidades [...], ou da produção estatal (como aquela que, baseada na servidão, ocorre em certas épocas primitivas da história russa), ou de povos caçadores semisselvagens etc.: seja qual for sua origem, elas se confrontam, como mercadorias e dinheiro, com o dinheiro e as mercadorias em que se representa o capital industrial e entram tanto no ciclo deste último quanto no do mais-valor contido no capital-mercadoria, sempre que esse mais-valor for gasto como renda. (MARX, 2014, p. 188-189)

A incorporação desse capital-mercadoria alheio, tanto no ciclo do capital industrial quanto no ciclo do mais-valor, pressupõe a existência do mercado enquanto mercado mundial que define o processo de circulação do capital industrial. Ao passo que são introduzidas no circuito do capital, essas mercadorias alheias passam a ser um modo de existência do capital industrial, sendo apagada sua origem. Acontece que a reprodução do processo exige a reposição dos meios de produção, o que significa que o modo de produção capitalista é condicionado por modos de produção que dele diferem, mas o desenvolvimento do mercado mundial tende converter toda a produção em produção capitalista e todos os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Harvey (2012) faz uma interessante análise que está relacionada com essa tendência do desenvolvimento do modo de produção capitalista identificada por Marx (2014). Harvey (2012) discute a possibilidade de existência de uma dialética interna do capitalismo que o força a buscar soluções externas para estabilizar a si mesmo, que ele chama de dialética “interior-exterior”, e defende que Marx tinha consciência de que a acumulação capitalista exige, efetivamente, algo “fora de si mesmo”, uma vez que ele demonstrou que a *lei geral da acumulação capitalista* está fundamentada na formação de uma superpopulação relativa, de um exército industrial de reserva. Essa consciência também fica patente para nós quando Marx (2004) afirma que a circulação do capital abrange tanto capital-mercadoria quanto capital-mercadoria alheio (o mesmo valendo para o capital-monetário), abrangendo produtos oriundos da produção capitalista e da produção não capitalista nos circuitos de produção e reprodução do capital. Assim, Harvey (2012) constrói o argumento de que o capitalismo necessita da criação perpétua de algo “exterior” para alimentar sua expansão e se estabilizar.

Essa interpretação e o desenvolvimento histórico do capitalismo revelam que formas de produção não capitalistas e formas de trabalho não assalariados são subjugados pela dinâmica do capital, e não necessariamente direta e integralmente convertidos para dentro da relação entre capital e trabalho. A partir dessa consideração, acreditamos que a dialética “interior-exterior” pode ser aplicada à relação entre trabalho “formal” e trabalho “informal”, servindo como mecanismo de análise do papel exercido pelas atividades ditas “informais” que funcionam à margem da produção capitalista.

A população trabalhadora excedente (constituída por todo trabalhador desempregado ou parcialmente empregado) é uma consequência natural no curso do desenvolvimento do sistema capitalista, é “[...] a alavanca da acumulação capitalista [como também] a condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 2008b, p. 735). Para que a acumulação do capital se concretize, faz-se imprescindível tanto o crescimento do próprio capital quanto o reabastecimento automático e a manutenção do exército industrial de reserva. Marx (2008, p. 733) defende que

[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.

Marx (2008b, p. 744) divide a superpopulação relativa em três categorias que se apresentam continuamente: flutuante, latente e estagnada, que “[...] ora [se apresenta] em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação”. A primeira refere-se à população de trabalhadores “[...] que são admitidos, mesmo que em proporção decrescente em relação à escala de produção, e expulsos da indústria moderna” (SABADINI; NAKATANI, 2002, p. 267). A segunda trata da parcela dos trabalhadores rurais que migra para a área urbana e acaba por engrossar as fileiras do proletariado, formando uma população excedente sempre latente. A terceira forma tomada pela superpopulação relativa é aquela que “[...] constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular” (MARX, 2008b, p. 746). Utilizando uma terminologia mais moderna e atual, a estagnada é aquela composta por trabalhadores “informais”.

Marx (2008b) descreve, exatamente, as condições e características do que entendemos por velha “informalidade”, ou seja, a que comporta trabalhadores subempregados, com ocupações precárias e mal remuneradas, no sentido de auferir sua sobrevivência e, por vezes, sua subsistência. Braudel (*apud* SOARES, 2008) nos fornece outros indícios da existência de atividades “informais” em tempos remotos do capitalismo. Ao tratar da França do século XVII, ele afirma: “Aumentam as reclamações contra os vendedores ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilicitamente suas mercadorias e, por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais” (BRAUDEL, *apud* SOARES, 2008, p. 47). Essa realidade é muito comum às grandes e médias cidades brasileiras e às de tantos outros países mundo afora e é, indiscutivelmente, trabalho “informal”.

Tavares (2004), por sua vez, defende uma nova “informalidade” que se potencializa e se adequa à lógica da acumulação capitalista, cujos pilares são as políticas neoliberais – liberalização comercial, desregulamentação do mercado financeiro e privatização – e a reestruturação produtiva – flexibilização da produção e das relações produtivas. Segundo Tavares (2004) esses pilares asseguram a consecução do desenvolvimento do capitalismo conforme suas reivindicações, ora na forma de subcontratações, ora sob o aspecto da terceirização, ora como cooperativismo, permitindo ao capital, mais uma vez, superar um momento de crise. Essa nova forma de exploração do trabalhador é executada sob às rédeas firmes do capitalista, em especial, na aparência da terceirização. No processo de terceirização

As empresas contratantes, ou seja, as que estão terceirizando parte do processo de produção, vão implementar a redução dos custos provenientes da força de trabalho, por meio da *exploração de relações de trabalho precárias, como, por exemplo, a contratação de pequenas empresas e de coorporativas; a subcontratação de trabalhadores, cujas atividades são desenvolvidas em domicílio; o trabalho por tempo parcial e o trabalho sem registro em carteira*. (SOARES, 2004, p. 10, grifo nosso)

A manifestação da nova “informalidade” do trabalho no período pós-fordista só reforça seu caráter funcional à acumulação capitalista, pois não se restringe apenas aos setores desprotegidos/tradicionais da indústria e dos serviços, mas aparece, principalmente, nos setores organizados/modernos do capitalismo. Para Alves (1999), é a partir da globalização neoliberal que se verifica, procedendo da lógica do toyotismo, a ampliação de um complexo de pequenas empresas fornecedoras e subcontratadas que estão na órbita do grande capital, de corporações e conglomerados transnacionais.

1. **OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO “INFORMAL” NA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

A lógica do desenvolvimento capitalista impõe a necessidade de ampliação do exército industrial de reserva, uma vez que o progresso no capitalismo é poupador de mão de obra, resultando na tendência de crescimento do desemprego e na busca de alternativas para a garantia da sobrevivência por grande parcela da população desempregada. Assim, fica evidente que o desemprego não é voluntário ou mesmo mero resultado casual de um desequilíbrio econômico, mas é, antes, produto necessário do capitalismo dado que a superpopulação relativa é uma alavanca da acumulação capitalista (MARX, 2008; HARVEY, 2013; SOARES, 2008). Nesse sentido, o surgimento de formas de trabalho que fogem às regulamentações do Estado torna-se compreensível e, portanto, o advento do trabalho “informal” no cerne da dinâmica do sistema capitalista torna-se inevitável. Assim como o desemprego tem uma funcionalidade no capitalismo, o trabalho “informal” também a tem.

A concorrência e a acumulação de capital resultam, ao longo do tempo, no aumento da composição orgânica do capital, sendo a tendência à queda da taxa de lucro um de seus desdobramentos. Apesar da mais-valor ser criada apenas pelo capital variável, na visão do capitalista seu ganho real advém do investimento feito tanto em meios de produção quanto em força de trabalho, logo, ele baseia sua taxa de lucro em todo capital investido, sendo ela a razão entre a taxa de mais-valor e a composição orgânica do capital (MARX, 2008c; HUNT, 1989).

A concorrência intercapitalista sempre fará com que cada capitalista tenha interesse em aumentar a taxa de mais-valor mediante o prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho e/ou a elevação da produtividade do trabalho a partir das inovações (de método, organizacional e tecnológica)[[4]](#footnote-4). Como o crescimento expressivo do capitalismo se deve muito ao emprego de tecnologia superior no processo de produção[[5]](#footnote-5), uma contradição acaba emergindo durante esse processo: mesmo que as inovações tecnológicas aumentem a rentabilidade do capital, elas reduzem gradativamente a geração de mais-valor (MARX, 2008a; HARVEY, 2013).

Assim, a baixa tendencial da taxa de lucro torna-se uma limitação concreta à valorização do capital, uma vez que a lei do valor se impõe e a crise se revela como solução temporária para as próprias contradições do sistema. Não obstante ser uma lei sistêmica, a queda tendencial da taxa de lucro não impõe à sociedade capitalista uma eterna conjuntura de crise e nem levou a sua derrocada. Marx (2008c) esclareceu esse ponto ao identificar a existência de contratendências adotadas pelos capitalistas que podem deter ou até mesmo inverter a tendência à queda da taxa de lucro[[6]](#footnote-6), uma vez que atuam na elevação da taxa de mais-valor ao mesmo tempo em que interferem pouco ou nada na composição orgânica do capital.

Entre as contratendências apontadas por Marx (2008c), a redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho e o crescimento da superpopulação relativa surgem como forças compensatórias à tendência de queda progressiva da taxa de lucro. A “informalidade” do trabalho consiste numa forma concreta de manifestação destas duas contratendências, já que a expansão do trabalho “informal” torna crescente a disponibilidade de força de trabalho à procura de postos de trabalho “formais” em tempo integral e socialmente protegidos.

Não tendo acesso ao trabalho “formal”, tais trabalhadores passam a concorrer entre si por postos de trabalhos precarizados, sujeitos a longas jornadas de trabalho e a salários comprimidos, conduzindo ao rebaixamento do nível salarial. E, na medida em que oferecem condições de ocupação e sobrevivência da força de trabalho excedente, a “informalidade” permite que a pressão social pela incorporação imediata da população excedente nas relações capitalistas de produção seja aliviada, evitando uma convulsão social.

1. **DADOS SOBRE “FORMALIDADE” E “INFORMALIDADE” DO TRABALHO NO BRASIL E NO PARÁ.**

Nesta seção, analisamos o mercado de trabalho brasileiro e paraense através de informações extraídas da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) entre os anos 2001 e 2014 e, quando possível, para alguns anos da década de 1990. O objetivo é acompanhar os movimentos de “formalidade” e de “informalidade” do trabalho no Brasil e no estado do Pará a fim de tentar enxergar elementos que revelem a integração dialética entre o trabalho “formal” e “informal” e a funcionalidade da “informalidade” na acumulação capitalista, tal como discutido nas seções anteriores.

No Gráfico 1, apresentamos as taxas de informalidade e formalidade[[7]](#footnote-7) para Brasil e Pará no período descontínuo de 1993 a 2014. Na comparação dos dois mercados, podemos observar que, embora haja uma redução na taxa de informalidade tanto no Brasil quanto no Pará ao longo do período estudado, o Pará apresenta, claramente, taxas de informalidade superiores às do Brasil em toda a série com valores acima de 70%, até meados de 2004, e acima de 60% a partir do mesmo ano. Em relação às taxas de formalidade do trabalho no Brasil, observamos uma tendência positiva, pois, a partir de 2011, suas taxas de formalidade superaram as de informalidade, enquanto que no Pará, apesar de crescente, a formalidade não conseguiu alcançar nem 40% em toda a série.

O peso das ocupações informais na estrutura desses mercados de trabalho, apesar do nítido movimento de formalização em ambos, está atrelado ao alto nível de concentração de renda inerente à economia brasileira, mas mais contundente na economia paraense, dada as próprias característica da formação histórica e econômica da Amazônia. Nota-se, pelo movimento das taxas ao longo da série analisada, como o comportamento da formalidade e informalidade são complementares, ao mesmo tempo em que se afirmam enquanto lógicas contraditórias de inserção da força de trabalho nas ocupações.

Gráfico 1: Taxas de Informalidade e Formalidade – Brasil e Pará, 1993 a 2014

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PNAD/SIDRA-IBGE.

Nos Gráficos 2 e 3 são apresentadas as taxas de informalidade e formalidade por sexo para Brasil e Pará. No Gráfico 2, podemos notar que, nos anos de 2001 e 2006, o percentual de mulheres no mercado de trabalho informal brasileiro era maior que o percentual de trabalhadores do sexo masculino. A partir de 2011, porém, o grau de informalidade para ambos os sexos se iguala e, em 2014, verifica-se que o número de mulheres no mercado de trabalhado formal cresceu, configurando um crescimento de 12 pontos percentuais (p.p.) desde o início da série.

Gráfico 2: Taxas de Informalidade e Formalidade segundo o Sexo – Brasil, 2001-2014.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PNAD/SIDRA-IBGE.

A situação no estado do Pará é diferente, como mostra o Gráfico 3, pois as taxas de trabalhadores e trabalhadoras informais permanecem maiores do que as taxas observadas no Brasil (ver também Gráfico 1). Em 2014, nota-se que 64,54% das mulheres e 65,65% dos homens estão inseridos em ocupações informais no mercado de trabalho, número bem distante da realidade brasileira. Apesar da taxa de informalidade ter declinado ao longo do período, sobretudo, por um processo de formalização da força de trabalho feminina, a taxa ainda é elevada no mercado de trabalho estadual, revelando que grande parcela dos trabalhadores está desprovida de direitos trabalhistas básicos.

Gráfico 3: Taxas de Informalidade e Formalidade segundo o Sexo – Brasil e Pará, 2001-2014.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PNAD/SIDRA-IBGE.

A Tabela 1, por sua vez, traz informações sobre a distribuição dos trabalhadores com carteira e sem carteira assinada em setores da economia. No Brasil, os setores industrial e serviços são os que mais absorvem mão de obra, sendo que a maior parte dos trabalhadores com carteira assinada estão empregados na indústria seguido pelo setor de serviços, e o setor que mais agrega trabalhadores sem carteira assinada é o de serviços seguido pelo industrial, exceto em 2002, quando a indústria agregou mais trabalhadores sem carteira assinada – 23% e o setor de serviços 21,5%. No Pará, o setor que mais agrega trabalhadores com carteira assinada também é a indústria, sendo que o segundo é o setor comércio e o terceiro é serviços.

Em relação aos trabalhadores sem carteira assinada, em 2002 e 2006, os mesmos encontravam-se mais concentrados no setor industrial e, em 2011 e 2014, no setor serviços. Estes dados tornam patente que, embora a indústria siga sendo o setor que mais emprega trabalhadores celetistas, ela se encontra entre os setores de atividade econômica que mais empregam trabalhadores sem carteira comumente caracterizados como informais, o que indica o emprego de mão de obra precarizada em segmentos capitalizados, o que reforça a tese de integração dialética entre o “formal” e o “informal”.

Tabela 1: Distribuição dos trabalhadores com e sem carteira assinada – Brasil e Pará, 2002-2014.

| **Setor** | Com carteira de trabalho assinada | | | | Sem carteira de trabalho assinada | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2002 | 2006 | 2011 | 2014 | 2002 | 2006 | 2011 | 2014 |
| **Brasil** | | | | | | | |
| Agrícola | 4,53 | 4,51 | 3,76 | 3,64 | 19,10 | 18,17 | 16,43 | 14,21 |
| Indústria | 42,33 | 42,41 | 37,43 | 35,85 | 23,37 | 22,14 | 17,93 | 16,87 |
| Construção Civil | 4,14 | 3,96 | 5,56 | 6,21 | 9,21 | 8,69 | 11,22 | 11,61 |
| Comércio | 15,96 | 17,13 | 18,25 | 18,92 | 15,97 | 16,29 | 16,02 | 16,60 |
| Serviços | 20,22 | 19,65 | 20,78 | 21,59 | 21,51 | 23,06 | 25,34 | 27,43 |
| Administração pública | 2,45 | 1,84 | 1,87 | 1,49 | 4,95 | 5,44 | 6,89 | 7,37 |
| Outras atividades e Atividade mal definidas | 10,37 | 10,50 | 12,36 | 12,31 | 5,90 | 6,20 | 6,18 | 5,91 |
|  | **Pará** | | | | | | | |
| Agrícola | 1,20 | 4,73 | 6,10 | 5,85 | 10,16 | 19,19 | 19,53 | 17,70 |
| Indústria | 41,73 | 44,27 | 25,28 | 20,12 | 28,52 | 25,63 | 17,04 | 15,76 |
| Construção | 7,91 | 7,88 | 10,34 | 13,45 | 7,84 | 6,67 | 8,78 | 12,79 |
| Comércio | 19,66 | 19,05 | 22,79 | 25,38 | 18,18 | 15,49 | 15,86 | 16,67 |
| Serviços | 18,47 | 14,90 | 22,04 | 21,99 | 23,53 | 22,88 | 26,47 | 25,71 |
| Administração pública | 2,40 | 1,43 | 1,74 | 1,64 | 7,84 | 7,39 | 8,39 | 9,17 |
| Outras atividades e Atividade mal definidas | 8,63 | 7,74 | 11,71 | 11,58 | 3,92 | 2,74 | 3,93 | 2,20 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PNAD/SIDRA-IBGE.

No Gráfico 4, podemos ver a distribuição dos trabalhadores assalariados formais e informais. No Brasil observa-se uma tendência crescente de assalariamento formal e tendência decrescente de assalariamento informal, enquanto que no Pará somente em 2011 os assalariados formais superaram os informais, mas ainda com percentuais muito próximos entre os dois, pois, em 2014, o percentual de assalariados formais são apenas 29,9% e os informais 24,5%, 5,4 pontos percentuais (p.p.), e no Brasil no mesmo ano a diferença foi de 29,3 p.p., uma situação muito distante da encontrada no Pará.

Gráfico 4: Distribuição dos trabalhadores assalariados formais\* e informais\*\* – Brasil e Pará, 2001-2014.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PNAD/SIDRA-IBGE.

Nota: \* Empregados com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários e trabalhadores domésticos com carteira assinada. \*\* Empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada.

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana dos trabalhadores para assalariados e não assalariados para o Brasil e Pará, entre 2001 e 2014. Como observado na tabela, o comportamento é homogêneo para o Brasil e Pará, uma vez que a maioria dos trabalhadores assalariados concentra-se, primeiro, no intervalo de 40 a 44 horas e, segundo, no intervalo 15 a 39 horas, à exceção do Brasil em 2001 (25,36%, entre 40 e 44 horas, e 12,77%, entre 45 e 48 horas).

Tabela 2: Distribuição percentual dos trabalhadores assalariados\* e não assalariados\*\* por horas trabalhadas – Brasil e Pará, 2001-2014.

| **Ano** | **Horas** | **Brasil** | | **Pará** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Trabalhadores Assalariados (%)** | **Trabalhadores não Assalariados (%)** | **Trabalhadores Assalariados (%)** | **Trabalhadores não Assalariados (%)** |
| **2001** | Até 14 horas | 1,48 | 4,87 | 1,15 | 3,71 |
| 15 a 39 horas | 11,05 | 11,26 | 12,28 | 11,65 |
| 40 a 44 horas | 25,36 | 7,42 | 18,16 | 6,61 |
| 45 a 48 horas | 12,77 | 4,49 | 13,98 | 4,59 |
| 49 horas ou mais | 11,37 | 9,84 | 16,05 | 11,72 |
| **2006** | Até 14 horas | 1,71 | 5,72 | 0,88 | 8,52 |
| 15 a 39 horas | 12,25 | 11,54 | 11,52 | 18,22 |
| 40 a 44 horas | 27,6 | 7,34 | 18,08 | 8,77 |
| 45 a 48 horas | 12,17 | 3,88 | 12,42 | 4,97 |
| 49 horas ou mais | 9,73 | 7,99 | 9,04 | 7,6 |
| **2011** | Até 14 horas | 2,16 | 3,69 | 1,96 | 6,17 |
| 15 a 39 horas | 11,69 | 9,56 | 12,46 | 19,14 |
| 40 a 44 horas | 35,62 | 8,77 | 23,76 | 10,85 |
| 45 a 48 horas | 11,14 | 3,51 | 8,47 | 3,93 |
| 49 horas ou mais | 7,43 | 6,41 | 7,05 | 6,21 |
| **2014** | Até 14 horas | 2,08 | 4,31 | 1,5 | 6,54 |
| 15 a 39 horas | 12,5 | 9,76 | 12,92 | 17,73 |
| 40 a 44 horas | 37,43 | 9,51 | 25,8 | 11,34 |
| 45 a 48 horas | 9,62 | 3,11 | 8,53 | 4,4 |
| 49 horas ou mais | 5,89 | 5,81 | 5,63 | 5,6 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PNAD/SIDRA-IBGE.

\* Empregados e trabalhadores domésticos. \*\* Empregadores, trabalhadores por conta-própria, não remunerados, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores na produção para próprio consumo.

Apesar de ter havido o aumento de assalariados e não assalariados que realizam jornada de trabalho semanal legalmente instituída, tal distribuição por horas trabalhadas nos dois mercados de trabalho indica um possível crescimento de trabalhadores em tempo de trabalho parcial, dado o incremento de ambos os segmentos na faixa de 15 a 39 horas, permitindo considerar a hipótese de que a formalização do mercado de trabalho tem se dado com elementos de flexibilidade.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inicialmente, realizamos a crítica da categorização teórica que estabelece uma relação de dualidade entre trabalho “formal” e trabalho “informal” ao entendermos que esta ignora o aspecto funcional e de integração do “atrasado” no “moderno”, da “informalidade” na “formalidade” e, nesse sentido, acaba se tornando insuficiente para o tratamento da problemática do desemprego no capitalismo e o consequente desenvolvimento da “informalidade” do trabalho neste sistema econômico. Portanto, entendemos que o trabalho também se expressa como uma unidade dialética entre “formal” e “informal” e que os desenvolvimentos alcançados pela acumulação capitalista nos últimos quarenta anos tornou mais complexa essa relação contraditória entre “formalidade” e “informalidade”, sobretudo, porque teria provocado a emergência de uma nova “informalidade”.

Discutimos, em seguida, que o trabalho “informal” surge como um desdobramento da acumulação capitalista, uma vez que o progresso no capitalismo é poupador de mão de obra, conduzindo à crescente superpopulação relativa a concorrer por ocupações à margem do capital, em sua maioria, com baixa remuneração, longas jornadas de trabalho e outros aspectos que as caracterizam como ocupações precarizadas que permitem a elevação da exploração do trabalho no processo de produção capitalista. Assim, o trabalho “informal” se expressa, ao mesmo tempo, como contratendência à queda tendencial da taxa de lucro, já que permite a elevação do mais-valor absoluta sem alterar a composição orgânica do capital.

Para entender melhor essa relação dialética que perpassa as relações de trabalho no capitalismo, analisamos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro e paraense e chegamos aos seguintes resultados, embora não tenhamos conseguido comportar nessa análise mais empírica o fenômeno da terceirização do trabalho enquanto elemento de consolidação de uma nova informalidade. Ao comparar os indicadores de informalidade do Pará com o Brasil, observarmos, primeiramente, que no estado do Pará o trabalho informal ainda é muito persistente, pois, enquanto no Brasil a taxa de formalidade já conseguiu superar a de informalidade, no Pará isso parece estar distante de ocorrer, demonstrando o alto nível de vulnerabilidade do mercado de trabalho no estado dada as próprias condições da formação socioeconômica da Amazônia. O peso das ocupações informais na estrutura desses dois mercados de trabalho está atrelado, possivelmente, ao alto nível de concentração de renda inerente à economia brasileira, sendo mais contundente na economia paraense.

A taxa muito elevada de informalidade no mercado de trabalho estadual e mesmo o grau de informalidade do trabalho no Brasil revelam que grande parcela dos trabalhadores não acessa benefícios trabalhistas e previdenciários, o que ajuda a baratear e precarizar esta força de trabalho, atuando enquanto elemento de contratendência à queda da taxa de lucro. Os dados acima analisados também reforçam a tese de integração dialética entre o “formal” e o “informal” quando passamos a investigar a distribuição de celetistas e não celetistas por setores de atividades econômicas e percebemos que o setor industrial, comumente o setor mais capitalizado, é responsável pelo emprego de expressiva parcela de trabalhadores sem carteira assinada tanto no Brasil quanto no Pará. Por fim, os dados sobre jornada de trabalho, por sua vez, parecem sinalizar que o incremento da formalização nesses mercados foi sustentado, entre outros processos, numa flexibilização da jornada de trabalho, possivelmente aumentando o percentual de trabalhadores formais e informais em tempo parcial.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**– a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2 ed. Londrina: Editora Praxis, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, D. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUNT, E. K. Karl Marx. In: HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 218-251.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática**, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – para vários anos. Disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>. Acesso em 30 mai. 2016.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão “informal”**: a imaterialidade do salariado. Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, K. **O Capital***:* crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, vol. I. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MARX, K. **O Capital***:* crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, vol. II. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, K. **O Capital***:* crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c.

MARX, K. **O Capital***:* crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco**. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOARES, M. A. T. Trabalho “informal”: da funcionalidade à subsunção ao capital. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**, Uberlândia, v. 1, 2004.

SOARES, M. A. T. **Trabalho “informal”**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

SABADINI, M.; NAKATANI, P. Desestruturação e “informalidade” do mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, IIES-FACES, v. VIII, n. 2, p. 265-290.

TAVARES, M. A. **Trabalho “informal”**: os fios (in)visíveis da produção capitalista. In: *Revista Outubro*, n.7, 2002.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista***:* “informalidade” e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

1. Subcoordenadora do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará (FACECON-UFPA) e doutoranda em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA (PPGE-UFPA). ([cleidinsousa@yahoo.com.br](mailto:cleidinsousa@yahoo.com.br)) [↑](#footnote-ref-1)
2. Economista pela UFPA e doutoranda em Economia do PPGE/UFPA. (luci\_romeu@yahoo.com.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduanda em Economia pela UFPA. ([mariza\_mathis@hotmail.com](mailto:mariza_mathis@hotmail.com)) [↑](#footnote-ref-3)
4. No capitalismo, o excedente econômico toma a forma da mais-valor que pode ser ampliada através do prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho, configurando mais-valor absoluto, e/ou da elevação da produtividade do trabalho a partir das inovações técnicas, organizacionais e, sobretudo, tecnológicas, caracterizando a mais-valor relativa. [↑](#footnote-ref-4)
5. As inovações tecnológicas interessam muito à classe capitalista. Sendo pioneiro na mudança do padrão tecnológico do ramo de produção em que atua, o capitalista inovador tem a oportunidade, por um lado, de reduzir os custos de produção da mercadoria que oferta e, por outro, conseguir um lucro extraordinário, uma vez que realiza sua mercadoria pelo seu valor social e não individual. [↑](#footnote-ref-5)
6. Marx (2008c) enumerou o aumento do grau de exploração do trabalho, a redução dos salários abaixo de seu valor, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital em ações como contratendências à queda da taxa de lucro. [↑](#footnote-ref-6)
7. Para tanto, calculamos a taxa de informalidade como a soma entre empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria, não remunerados divido por esta soma acrescida dos trabalhadores protegidos e empregadores, multiplicado por cem, ao passo que a taxa de formalidade foi calculada como a divisão entre a soma dos empregadores e trabalhadores protegidos e a soma destes acrescida com os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados, multiplicado por cem. [↑](#footnote-ref-7)